

Política



'ABIN PARALELA'
PF analisa disquetes de Carlos Bolsonaro



Investigadores apuram se mídias antigas apreendidas têm dados sigilosos

DIVERGÊNCIA ABERTA

Em recurso à suspensão de multa da J&F, Gonet pede que caso vá a plenário para evitar Turma de Toffoli

DANIEL GULLINO
E MARIANA MUNIZ
publica@oglobo.com.br

Ao apresentar um recurso contra a anulação da multa milionária prevista no acordo de leniência da J&F, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, fez críticas à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, autor do despacho, e argumentou que o processo deve ser analisado pelo plenário da Corte, o que pode representar uma derrota para o magistrado. A tendência, contudo, é que o caso vá para a Segunda Turma, que ao longo dos últimos anos impôs uma série de reverses à Operação Lava-Jato.

Na peça apresentada ao tribunal, Gonet alega que o processo em questão não guarda relação com a Lava-Jato, mas com outra operação, a Greenfield, e, portanto, deveria passar à relatoria de um outro ministro. O entendimento, porém, enfrenta resistências no Supremo.

"Não é dado à empresa invocar o contexto das ilegalidades verificadas pelo STF na Operação Lava-Jato para se beneficiar das suas obrigações financeiras decorrentes de acordo de leniência celebrado em juízo diverso, no âmbito da Operação Greenfield", pontuou Gonet.

"ARGUMENTO SUPERADO"

Um dos argumentos que fazem com que a decisão de Toffoli sustente a conexão entre a Lava-Jato e a Greenfield está no fato de que o nome da Lava-Jato é mencionado na primeira página do acordo de leniência da J&F. Por isso, a alegada ausência de prevenção de Toffoli para o caso, defendida pela PGR, é vista por integrantes do STF como argumento já superado.

O procurador-geral também afirma que a decisão do ministro pode causar um "grave risco ao sistema previdenciário complementar brasileiro". Segundo o procurador-geral da República, caso prevaleça o entendimento, haverá um "vultoso prejuízo" a dois fundos de pensão: a Funcef, da Caixa Econômica Federal, e a Petros, da Petrobras. Isso porque cada um desses dois institutos receberia cerca de R\$ 2 bilhões, do total de R\$ 10,3 bilhões da multa.

Em outro trecho, o PGR sustenta que não há provas de que o acordo de leniência foi fechado por meio de coação contra os donos da empresa, os irmãos Joesley e Wesley Batista. Ao suspender o pagamento da multa, o relator afirmou que "há no mínimo dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da requerente ao firmar o acordo".

"Não há como, de pronto, deduzir que o acordo em questão esteja intrinsecamente viciado a partir de ilações e conjecturas abstratas sobre coação e vício da autonomia da vontade negociada — argu-



Sustentação. Gonet alega que o processo em questão não guarda relação com a Lava-Jato, e sim com a Operação Greenfield, e deve passar para outro ministro

PROCESSO DE DESMONTE



da "ADPF das leniências", ação mencionada por Gonet em seu recurso. O PGR pediu a Toffoli para que o seu recurso seja julgado em conjunto com essa outra ação, que já tramita no plenário da Corte.

Em um eventual julgamento pela Segunda Turma, por exemplo, Mendonça poderá, em uma questão de ordem, apontar a semelhança dos casos e pedir que as matérias sejam julgadas pelo conjunto dos 11 ministros. Ou pode pedir vista do processo e fazer com que os dois casos sejam julgados juntos no plenário.

Nessa hipótese, a correlação de forças é diferente, e pode impor um revés a Toffoli. A avaliação dos bastidores é de que entre os 11 ministros, mesmo com Flávio Dino entre eles, há maioria de votos para reformar a decisão do colega e manter a aplicação das multas impostas à empresa. Uma eventual declaração de impedimento de Cristiano Zanin, autor da ação inicial, não é descartada.

AGU: OUTRO ACORDO

Toffoli também atendeu a pedido da Odebrecht/Novonor e suspendeu o pagamento de R\$ 3,8 bilhões de seu acordo de leniência firmado com a Lava-Jato. Em parecer encaminhado ao ministro, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirma que essa decisão não vale para acordos celebrados entre a empresa, a AGU e a Controladoria-Geral da União (CGU). O valor total da leniência firmada entre a Odebrecht, a CGU e a AGU em 2018 foi de R\$ 2,7 bilhões. Com correção pela taxa Selic, esse valor pode chegar a R\$ 6,8 bilhões ao final do prazo.

"Assim sendo, conclui-se no sentido de que a determinação de suspensão das obrigações pecuniárias alcança apenas aquelas decorrentes do acordo de leniência celebrado entre a empresa Novonor S.A. em Recuperação Judicial e o Ministério Público Federal, conforme deduzido na própria petição apresentada pela empresa requerente", diz o parecer da AGU.

Como mostrou a columnist Malu Gaspar, do GLOBO, Toffoli ignorou um parecer da PGR ao determinar que fossem enviados à Corte documentos do acordo de leniência da J&F para investigar a atuação da ONG Transparência Internacional.

Em parecer de 18 de outubro de 2023, a então procuradora-geral da República, Elizete Ramos, foi contra o envio ao STF do pedido apresentado pelo deputado Rui Falcão (PT-SP) para apurar a suposta "obscureza" nas relações entre o MPF e a Transparência Internacional.

Na peça, ela destacou que o pedido de Falcão tratava de acordo de leniência da J&F firmado no âmbito da Greenfield, e não na reclamação que está sob relatoria de Toffoli e trata do caso Odebrecht.

mentos que estão desprovidos de comprovação e se referem a fatos que não se deram no contexto da Operação Lava-Jato", escreveu.

Foi a partir da diferenciação da Lava-Jato que o procurador-geral da República pediu que seu recurso seja apreciado pelo plenário do Supremo, onde estão reunidos os 11 ministros da Corte. Ele também citou a interlocução de sua confiança a "seriedade da matéria". Na avaliação de ministros do STF ouvidos pelo GLOBO, porém, a ida do caso para o plenário é uma possibilidade mais remota.

A questão da J&F está atrela-

da a uma primeira ação, apresentada em 2020, pela defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que à época era comandada por Cristiano Zanin, hoje ministro do Supremo. Este processo sempre teve como foro competente a Segunda Turma, pelo fato de ter como relator inicial o ministro (agora aposentado) Ricardo Lewandowski. Somente em 2023, com a aposentadoria de Lewandowski, o caso parou nas mãos de Toffoli, que também integra o colegiado.

Além de Toffoli, integram a Segunda Turma os ministros André Mendonça, Edson Fachin, Nunes Marques e Gilmar

Mendes, decano do tribunal. Ao longo dos últimos anos, o colegiado impôs, por maioria de votos, duros reverses à Operação Lava-Jato. Embora o histórico indique um cenário desfavorável para Gonet no colegiado, não é possível prever que a Turma vá referendar o entendimento de Toffoli para este caso.

Ainda assim, o movimento do PGR para tirar a ação da Segunda Turma visa a se prevenir de uma possível derrota. Pela composição atual, há maioria de ministros contrários à Lava-Jato: Toffoli, Nunes Marques e Gilmar Mendes. Do outro lado, ficam Edson Fa-

chin e André Mendonça.

Na análise de agora, interlocutores de ministros da Corte apontam um fator que pode mudar a correlação de forças: o governo, que pede arcação com a suspensão da multa, defender junto aos magistrados a reversão da decisão de Toffoli. Esta hipótese é considerada mais remota, já que o símbolo político de enfraquecimento da operação é mais forte do que um argumento fiscal nesta situação.

No tribunal, o caminho de ida do recurso da PGR para o plenário é considerado possível a partir de Mendonça. O ministro é o relator da chama-